



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Compostagem comunitária, transformação climática e socioterritorial: experiência do Ecomuseu CSJ

Gabriel Souza Pontes¹, Heliene Macedo de Araújo¹, Maurício Lamano Ferreira², Flávio Teixeira da Silva²

¹ Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Mestrando em Biotecnologia Industrial (PPGBI) - gabrielszpnts@usp.br

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR) - hmaengflorestal@gmail.com

² Docente no Departamento de Ciências Básicas e Ambientais, Universidade de São Paulo- lamano@usp.br

² Docente no Departamento de Biotecnologia, Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo- flaviots@usp.br

GT2 - Abordagens Participativas para o Enfrentamento de Desigualdades Sociais e Emergência Climática

Resumo

As mudanças climáticas figuram entre os maiores desafios ambientais contemporâneos, impulsionadas sobretudo pela emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) decorrente de atividades antrópicas, como a gestão inadequada de resíduos sólidos. Neste cenário, a compostagem surge como estratégia eficaz de mitigação. Este estudo analisa os impactos da compostagem comunitária promovida pelo Ecomuseu dos Campos de São José (Ecomuseu CSJ), destacando seus efeitos na redução de GEE e na construção de vínculos territoriais. Com base em dados das quatro edições do projeto, conclui-se que a compostagem é uma prática sociotécnica e simbólica, que articula memória, participação comunitária, regeneração ecológica e ação climática situada, revelando o potencial transformador das iniciativas locais frente à crise climática.

Palavras-chave: São José dos Campos; Emergência climática; Compostagem; Ecomuseu.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Destaques (highlights):

- Entre 2019 até abril de 2025 a compostagem comunitária evitou a emissão de 31t CO₂ e que 44t de resíduos orgânicos fossem para aterros em São José dos Campos, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas;
- A prática mobiliza cerca de 100 famílias e ressignifica espaços públicos urbanos;
- É uma prática sociotécnica de regeneração ecológica, valorizando saberes e fazeres locais;
- A expansão da compostagem comunitária é limitada pela falta de integração com políticas e com o poder público.

1. Introdução

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios ambientais da atualidade, tendo como principal causador a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) advindos de atividades antrópicas, como a queima de combustíveis fósseis, mudanças no uso da terra e o manejo inadequado de resíduos (IPCC, 2023). Entre os GEE, destaca-se o dióxido de carbono (CO₂), oriundo principalmente da queima de combustíveis fósseis, e o metano (CH₄), sendo emitido entre outras fontes, por aterros sanitários e pela pecuária.

O IPCC (2023) enfatiza que limitar o aquecimento global requer reduções rápidas, profundas e sustentadas nas emissões desses gases em todos os setores. Nesse contexto, reitera que o setor de Agricultura, Silvicultura e Outros Usos da Terra (AFOLU) possui alto potencial para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas (IPCC, 2023).

Dentre as possíveis respostas mitigatórias, a prática da compostagem apresenta importantes benefícios para a mitigação das mudanças climáticas, ao evitar a emissão de CH₄ que ocorre na decomposição anaeróbica de resíduos orgânicos, sendo este gás até 24 vezes mais potente que o CO₂ em termos de absorção de radiação infravermelha térmica (Vieira, 2009). Além disso, contribui para o sequestro de carbono no solo, ao transformar parte da matéria orgânica em carbono estável. O uso do composto também substitui fertilizantes químicos, cujos processos de produção e extração são altamente emissores de GEE. Por fim, solos tratados com composto apresentam melhor capacidade de retenção de água e menor necessidade de pesticidas, o que reduz o uso de energia e insumos agrícolas (Boldrin et al., 2009; Favoino & Hogg, 2008).

Nesse cenário, ressalta-se que, a gestão de resíduos sólidos no Brasil enfrenta inúmeros desafios, com destaque para o tratamento da porção orgânica, que representa cerca de 50% dos

2

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

resíduos gerados (IBGE, 2010). Ainda que estes biorresíduos apresentem um alto potencial de aproveitamento, considerável parte é destinada para aterros, lixões ou queima, contribuindo para a emissão de GEE (Zago, Barros, 2019).

Ainda, barreiras como a falta de infraestrutura, desvalorização da compostagem, burocracia, resistência do mercado e a baixa cobertura da coleta seletiva agravam a situação. Junto a isto, a dificuldade da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cuja meta de eliminação de lixões expirou em 2014, reflete a ausência de planejamento municipal (Zago, Barros, 2019). Até 2015 apenas 41% dos municípios brasileiros haviam elaborado Planos Municipais de Resíduos Sólidos (SINIR, 2016).

O caso do município de São José dos Campos, São Paulo, reafirma os desafios enfrentados nacionalmente na gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU). Apesar da coleta atender 100% da área urbana, a separação dos resíduos ainda é insuficiente. Em 2021, cerca de 100 mil toneladas de resíduos orgânicos foram destinados ao aterro, revelando o descarte inadequado de um volume expressivo de material com alto potencial de reaproveitamento (Pereira e Fiore, 2024).

É nesse panorama de desafios e potencialidades que se insere a experiência da compostagem comunitária promovida pelo projeto Ecomuseu dos Campos de São José (Ecomuseu CSJ), idealizado e realizado pelo Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) em São José dos Campos. A iniciativa visa não apenas ao tratamento local de resíduos orgânicos, mas também à regeneração ambiental, à educação socioambiental e à mobilização comunitária. Assim, o objetivo deste estudo é analisar os potenciais e os limites da compostagem comunitária como prática sociotécnica de mitigação das mudanças climáticas, considerando seus efeitos ambientais, sociais e territoriais.

2. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com observação direta das práticas de compostagem no período de abril de 2024 a maio de 2025, com foco na sistematização de experiências e na análise dos impactos sociais, ambientais e territoriais das ações de compostagem comunitária.

Além da observação direta, a coleta de dados se baseou em fontes secundárias geradas ao longo das edições do projeto, compostas por documentos, como listas de presença, registros de campo e, sobretudo, os relatórios técnicos, que reúnem dados sistematizados sobre os processos, resultados e indicadores das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Petrobras Socioambiental, abrangendo

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

o período de 2015 a 2025. A análise desses materiais possibilitou reconstruir o percurso do projeto, identificar padrões e interpretar os efeitos da compostagem no território a partir de uma perspectiva sociotécnica e socioambiental.

As áreas de estudo compreendem três pontos de compostagem comunitária localizados na zona leste do município de São José dos Campos (SP), dentro da área de atuação do projeto. São eles: o ponto “Florestinha” e o ponto “Maria Auxiliadora”, ambos situados no bairro Campos de São José; e o ponto “Núcleo de Educação Ambiental (NEA)”, localizado no bairro Vista Verde.

3. Resultado e Discussão

A prática de compostagem comunitária do projeto iniciou em 2015, na “Florestinha”, uma Área de Preservação Permanente (APP) do córrego Alambari, em São José dos Campos, anteriormente utilizada como depósito de resíduos. Esse espaço foi ressignificado a partir de ações coletivas de plantio, manejo e educação ambiental, articuladas ao projeto do Ecomuseu dos Campos de São José.

Importante mencionar que o conceito de ecomuseu, surgido na França na década de 1970 no contexto do Movimento por uma Nova Museologia (MINOM), propõe uma abordagem participativa e territorializada, que valoriza o patrimônio cultural e ambiental a partir do envolvimento direto das comunidades (Varine, 2013; Brulon, 2014). Esses princípios são diretamente refletidos na construção das práticas do Ecomuseu CSJ, especialmente no campo da compostagem comunitária, onde os saberes locais e as experiências de moradores desempenharam papel central na constituição e desenvolvimento das ações.

A ação foi iniciada por Vicente Carlos Corrá, morador e voluntário, que utilizou um método próprio inspirado em apoio técnico anterior da Secretaria do Meio Ambiente. Com o agravamento de sua saúde, Eliana Sena, também moradora e voluntária, assumiu a atividade com uma técnica tradicional de sua mãe, baseada no enterro dos resíduos orgânicos.

Em 2019, com a chegada do engenheiro ambiental Marcelo Cunha, inspirado no movimento Revolução dos Baldinhos (MMA, 2018)¹, a compostagem passou a seguir o método de leira estática

¹ Iniciativa de gestão comunitária de resíduos orgânicos iniciada em 2008 no bairro Monte Cristo, em Florianópolis (SC), como resposta a um surto de leptospirose causado pelo acúmulo de lixo. A comunidade passou a separar os resíduos orgânicos em baldes para compostagem local, com participação de líderes comunitários, escolas, o posto de saúde, o Cepagro e mulheres da Frente Temporária de Trabalho (MMA, 2018).

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

com aeração passiva. Já no bairro Vista Verde, a compostagem começou em 2021 por iniciativa de Regina Carassini. Inicialmente feita em cilindros e com pouca adesão, a prática ganhou força após uma greve dos coletores de lixo. Com isso, novos voluntários se engajaram e passou-se a adotar o método de leira estática com aeração passiva.

Já em 2024, Jefferson inspirado na compostagem do Vista Verde, também residente do bairro Campos de São José, inicia outro ponto de compostagem comunitária, em frente a sua residência em um local que também estava sendo foco de destinação de entulhos.

O método se constitui de leiras feitas com a intercalação de resíduos orgânicos (matéria úmida) com folhas secas e galhos (matéria seca). Essa alternância permite que o material rico em Nitrogênio, e o material rico em Carbono, fiquem equilibrados, favorecendo a entrada de O₂, fator fundamental para que a decomposição aeróbica ocorra. Nessa metodologia, o processo dura cerca de 120 dias, e inclui o revolvimento periódico da leira para oxigenação e homogeneização (Inácio, 2010).

Entre 2019 e abril de 2025, o projeto evitou² o encaminhamento de aproximadamente 44 toneladas (t) de resíduos orgânicos ao aterro sanitário municipal (Gráfico 1), impedindo, a emissão de cerca de 31 t de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera (Gráfico 2). Em sua quarta edição (2024–2028), o Ecomuseu CSJ realiza a compostagem de aproximadamente 1,5 t de resíduos orgânicos por mês, resultando na mitigação de cerca de 1 t de emissões de CO₂ mensalmente.

Gráfico 1: Quantidade de resíduos orgânicos compostados anualmente entre 2019 a abril de 2025.

² A metodologia utilizada para o cálculo da quantidade de CO₂ equivalente não emitido pela prática da compostagem é feita com base nos estudos de Inácio (2010). O cálculo considera que, para cada tonelada de resíduo orgânico desviada do aterro e destinada à compostagem, evita-se a emissão de 0,77 tCO₂-eq. Esse valor resulta da diferença entre as emissões de um aterro sanitário (0,85 tCO₂-eq) e as emissões associadas à compostagem (0,084 tCO₂-eq) citadas por Inácio (2010). A multiplicação desse fator pelo total de resíduos orgânicos pesados durante os encontros permite estimar o impacto climático evitado.

Apoio:



Realização:

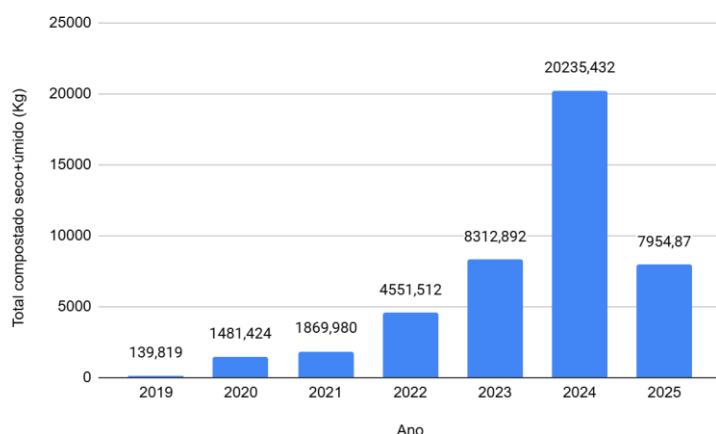


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



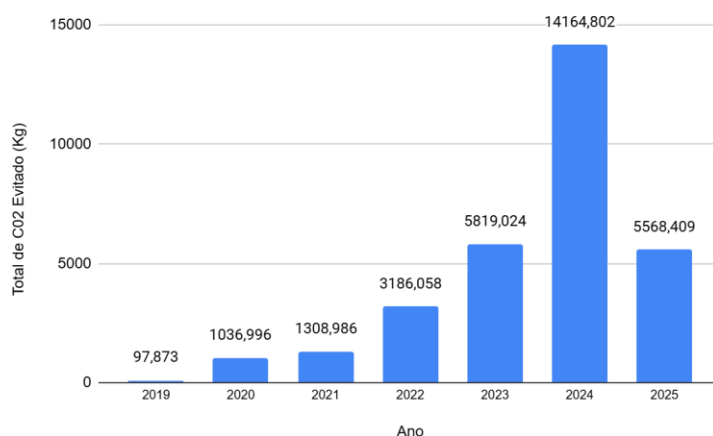
Financiamento:





Fonte: Dados Ecomuseu, 2025.

Gráfico 2: Quantidade de CO₂ evitada anualmente entre 2019 a abril de 2025.



Fonte: Dados do Ecomuseu, 2025.

A análise dos Gráficos 1 e 2 revela uma correlação direta entre o aumento da quantidade de resíduos compostados e a mitigação das emissões de CO₂ ao longo dos anos. Entre 2019 e 2024, observa-se um crescimento progressivo e consistente tanto no volume de resíduos tratados — que passou de 139 kg para mais de 20 toneladas anuais — quanto na redução estimada de emissões, cujo pico foi de mais de 14 toneladas de CO₂ evitadas somente em 2024. No acumulado do período, o projeto impediu a emissão de cerca de 31 toneladas de CO₂, evidenciando os impactos ambientais mensuráveis da prática. A ligeira queda em 2025 reflete o fato de os dados se referirem apenas ao



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

primeiro quadrimestre, mantendo, porém, médias mensais elevadas, o que indica uma projeção superior a 2024 para o total anual em 2025. A série histórica confirma o potencial da compostagem descentralizada como instrumento de mitigação climática, especialmente quando vinculada a práticas territorializadas e comunitárias.

Pereira e Fiore (2024), ao analisarem 39 ações de compostagem em São José dos Campos, constataram que a modalidade doméstica apresenta potencial para reduzir em 42% a 59% o volume de resíduos encaminhados aos aterros por pessoa. Em perspectiva, o município destina diariamente cerca de 769,36 t de resíduos ao aterro (São José dos Campos, 2019). Além disso, esse modelo contribui significativamente para a diminuição dos custos logísticos e das emissões de CO₂ relacionadas ao transporte dos resíduos, reforçando o papel estratégico da compostagem comunitária e descentralizada como instrumento de mitigação climática.

Convém dizer que o expressivo crescimento das ações de compostagem comunitária entre 2019 e 2025 está diretamente associado ao apoio institucional oferecido pelo Programa Petrobras Socioambiental. Embora o município não tenha incorporado formalmente a prática em sua política pública de resíduos, o apoio contínuo da Petrobras, enquanto uma empresa pública, foi fundamental para garantir estrutura, acompanhamento técnico e continuidade das ações.

Se, inicialmente, pensada apenas para oferecer um destino mais adequado aos resíduos orgânicos, a iniciativa ganhou amplitude, e se articulou com outras práticas agroecológicas, como: hortas comunitárias, produção e plantio de mudas florestais, mutirões e oficinas. Assim, para além de sua função de tratar os resíduos, a prática emergiu como um eixo articulador, permitindo a produção de alimentos, educação ecológica/ambiental e ressignificação dos espaços públicos urbanos.

O composto orgânico resultante da compostagem é utilizado como insumo estratégico em múltiplas frentes operacionais do Ecomuseu CSJ. Destaca-se seu uso na horta comunitária no bairro Vista Verde e nas hortas urbanas do denominado “Cinturão Verde”, localizadas no bairro Campos de São José, que contam com acompanhamento técnico do projeto. Além disso, o composto é empregado como substrato na produção de mudas florestais no Viveiro Vicente Carlos Corrá, criado e mantido pelo projeto, bem como em ações de reflorestamento e plantio de espécies nativas.

Na quarta edição, o projeto já realizou aproximadamente 130 mutirões e 8 oficinas com participação ativa da comunidade, sendo essas ações espaços privilegiados para o ensino de práticas agroecológicas.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

No que tange à mobilização social e à construção de vínculos territoriais, os mutirões comunitários atuaram como dispositivos de organização comunitária, inclusão social e pertencimento. Cunha, Jesus e Lima (2022) em seus estudos evidenciam que o sucesso de ações agroecológicas urbanas está intrinsecamente ligado à mobilização social, à valorização dos saberes locais e à construção de vínculos territoriais, elementos também promovidos pelas experiências de compostagem comunitária.

Dessa forma, a compostagem comunitária, no contexto do Ecomuseu CSJ, pode ser compreendida como uma prática situada nos princípios do museu ampliado, uma instituição que, mais do que preservar objetos, cuida dos territórios, das paisagens e das relações entre pessoas e natureza (Garlandini, 2022).

Nesse sentido, ela se apresenta como uma resposta local e concreta à crise climática, articulando dimensões técnicas e simbólicas, alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Para Rota (2022), práticas sustentáveis como essa são, antes de tudo, fenômenos culturais e relacionais: compostar não é apenas transformar resíduos, mas ressignificar vínculos sociais, afetivos e ecológicos.

Já o modelo "Inside-Outside", de Worts e Dal Santo (2022), permite compreender a compostagem como processo de transformação simultaneamente externa e interna que mobiliza conhecimentos técnicos, saberes populares e modos de sentir o mundo, ampliando a escuta e o cuidado com o território, os outros e consigo mesmo.

Apesar dos avanços e das contribuições evidenciadas, a experiência da compostagem comunitária no âmbito do Ecomuseu CSJ também apresenta importantes desafios e limitações, os quais precisam ser reconhecidos para uma análise mais abrangente e crítica da prática como estratégia de mitigação climática.

Embora o engajamento comunitário seja um aspecto valorizado pela proposta museológica adotada, a continuidade da compostagem depende do envolvimento cotidiano de moradores, que acumulam muitas vezes diversas funções, inclusive fora do campo ambiental. A ausência de mecanismos institucionais mais sólidos, seja por parte do poder público ou de políticas de fomento específicas, coloca em risco a permanência da prática diante de eventuais mudanças no perfil dos envolvidos ou da disponibilidade de recursos humanos e materiais. O afastamento de lideranças, como ocorreu com Vicente Carlos Corrá por questões de saúde, revela o quanto essas iniciativas podem ser vulneráveis à rotatividade de pessoas-chave.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Além disso, há pouca visibilidade dos conflitos e tensões sociais que, de modo geral, atravessam práticas comunitárias territoriais. A compostagem lida com materiais que, mesmo sendo naturais, ainda provocam rejeições culturais, resistência de parte da vizinhança, incômodos sensoriais e disputas pelo uso do espaço. Esses elementos não aparecem com destaque nos dados analisados e ausência de dados sobre desistências, queixas ou disputas internas compromete a compreensão mais realista das condições de sustentabilidade social da iniciativa.

Soma-se que, embora se tenha uma dimensão simbólica atribuída à compostagem como ritual de cuidado, ressignificação do lixo e construção de pertencimento, ainda que fundamental do ponto de vista cultural e educativo, pode ocultar o caráter técnico, árduo e cotidiano da atividade. Lidar com resíduos orgânicos exige conhecimento, disciplina, esforço físico e acompanhamento técnico contínuo. Quando esses fatores são invisibilizados pela ênfase em dimensões subjetivas e afetivas, pode-se sobrecarregar as comunidades com expectativas desproporcionais.

Outro desafio relevante é a fragilidade do vínculo entre a compostagem comunitária e a política pública de resíduos sólidos. Embora o projeto dialogue com diretrizes da PNRS, ainda atua à margem do sistema institucional de gestão urbana, sem integração formal com os serviços de coleta seletiva ou com os planos municipais. Isso evidencia uma lacuna entre a inovação social e a política urbana, que compromete a escalabilidade da iniciativa. Além disso, não há regulamentações municipais que reconheçam e protejam juridicamente as práticas de compostagem em áreas urbanas realizadas por coletivos comunitários, o que pode dificultar sua replicação e longevidade.

Reconhecer tais limites, no entanto, não desqualifica a potência da compostagem comunitária, mas reforça a importância de fortalecer os arranjos institucionais, de construir marcos legais adequados e de desenvolver políticas públicas que reconheçam o valor dessas práticas como parte integrante do planejamento urbano.

4. Conclusão

O objetivo deste estudo foi analisar os potenciais e os limites da compostagem comunitária como prática sociotécnica de mitigação das mudanças climáticas, considerando seus efeitos ambientais, sociais e territoriais, a partir da experiência do Ecomuseu dos Campos de São José.

Do ponto de vista ambiental, os resultados evidenciam que a compostagem comunitária contribui para a redução das emissões dos GEE, especialmente metano (CH₄), ao desviar resíduos orgânicos dos aterros sanitários. Entre 2019 e abril de 2025, cerca de 44 toneladas foram compostadas,

9

Apoio:



Realização:



anppas
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



ProASAs

Financiamento:



CNPq
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

evitando a emissão estimada de 31 toneladas de CO₂. O composto gerado vem sendo utilizado em hortas comunitárias e viveiros de mudas, promovendo regeneração ecológica, substituição de insumos químicos e melhoria da qualidade do solo.

No aspecto social, a prática mobilizou cerca de 100 famílias, consolidando-se como espaço de educação ambiental, troca de saberes e fortalecimento de vínculos afetivos. Mutirões, oficinas e ações agroecológicas funcionaram como dispositivos de pertencimento e corresponsabilidade.

Em termos territoriais, a compostagem comunitária se destacou como prática de reconfiguração simbólica e funcional de espaços urbanos. Áreas antes degradadas passaram a ser apropriadas coletivamente e ressignificadas como lugares de cultivo, cuidado e convivência. A compostagem opera, nesse sentido, como vetor de inovação socioterritorial, articulando técnicas ecológicas com dinâmicas culturais e afetivas. Entretanto, persiste o desafio de inseri-la de maneira estruturada nas estratégias de planejamento urbano municipal. A ausência de respaldo normativo e a invisibilidade das práticas comunitárias nos instrumentos de gestão revelam uma lacuna entre a vitalidade dessas experiências e as instâncias institucionais.

Assim, apesar dos resultados expressivos alcançados pelo projeto, o avanço da compostagem comunitária em São José dos Campos ocorreu na ausência de integração com o sistema oficial de gestão de resíduos, de marcos legais específicos e de apoio continuado por parte do poder público local evidencia uma lacuna estrutural, foi o apoio institucional da Petrobras, por meio de seu Programa Socioambiental, que garantiu condições mínimas para que a prática se desenvolvesse e se consolidasse. Embora fundamental, o apoio enquanto empresa pública não pode substituir permanentemente o papel do poder municipal.

A consolidação e a expansão de práticas como a compostagem comunitária exigem o envolvimento articulado de todos os setores: poder público, empresas estatais e privadas, universidades, organizações da sociedade civil e, sobretudo, as comunidades. Somente com corresponsabilidade e compromisso interinstitucional será possível transformar essas experiências em políticas públicas sustentáveis e replicáveis em larga escala.

Nesse sentido, cabe destacar, que o trabalho desenvolvido pelo Ecomuseu CSJ revela um esforço institucional do terceiro setor. Trata-se de um trabalho que emerge na dedicação cotidiana, articulando técnica e cuidado, memória e prática. Reconhecer seus limites é fundamental, mas reconhecer sua potência e a força do esforço comunitário é igualmente necessário, pois é justamente nesses espaços de inventividade situada que emergem respostas para futuros possíveis.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Dessa forma, conclui-se que a compostagem comunitária analisada, representa uma prática poderosa e multifacetada, que articula mitigação ambiental, mobilização social e apropriação territorial. Para que experiências como essa avancem em escala e se consolidem como políticas públicas sustentáveis, é necessário fortalecer sua base institucional, ampliar o apoio técnico e jurídico e integrar suas contribuições ao planejamento urbano e ambiental.

Agradecimentos

Agradecemos à CAPES pelo apoio financeiro por meio de bolsa de mestrado e doutorado dos pesquisadores. À comunidade envolvida e ao Ecomuseu dos Campos de São José e ao Centro de Estudos da Cultura Popular (CECP) pelo suporte institucional e pelas contribuições fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

5. Referências Bibliográficas

BOLDRIN, Alessio et al. Composting and compost utilization: accounting of greenhouse gases and global warming contributions. **Waste Management & Research**, [S.l.], v. 27, n. 8, p. 800–812, 2009. DOI: 10.1177/0734242X09345275. Acesso em 08 jun. 2025.

BRULON, B. A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 267–295, 2015.

CUNHA, M. V. R. da; JESUS, L. P. F. de; LIMA, W. N. de. Agrofloresta urbana: um estudo de caso no bairro Campos de São José – São José dos Campos/SP. In: **Seminário do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional**, 7., 2022.

FAVOINO, E. ; HOGG, D. The potential role of compost in reducing greenhouse gases. **Waste Management & Research**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 61–69, 2008. DOI: 10.1177/0734242X08088584. Acesso em 08 jun. 2025.

GARLANDINI, A. Museums, ecomuseums and the global challenge of sustainability and climate change. In: BORRELLI, Nunzia; DAVIS, Peter; DAL SANTO, Raul (org.). **Ecomuseums and climate change**. Milano: Ledizioni, 2022. p. 7–27.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INÁCIO, C. T. **Dinâmica de gases e emissões de metano em leiras de compostagem (Mestrado – UFRJ, Engenharia Ambiental – PEA)**, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13140/2.1.1129.6323>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPCC – **Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Mudança do clima 2023: relatório síntese – um relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima**. Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: manual de orientação**. Brasília: MMA, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/protegeer/biblioteca/CompostagemDomsticaComunitariaeInstitucionaldeResduosOrgnicosMMA.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

PEREIRA, V. R.; FIORE, F. A. Opportunities and barriers to composting in a municipal context: A case study in São José dos Campos, Brazil. **Sustainability**, v. 16, n. 8, p. 3359, 2024.

ROTA, M. Museums and Ecomuseums, Cultural Sustainable Places for People and the Planet: Responses for Ecological Transition. In: BORRELLI, Nunzia; DAVIS, Peter; DAL SANTO, Raul (org.). **Ecomuseums and climate change**. Milano: Ledizioni. p. 109–128, 2022.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Aterro sanitário de São José é o único na região a melhorar índice. São José dos Campos: Prefeitura Municipal**, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/julho/25/aterro-sanitario-de-sao-jose-e-o-unico-na-regiao-a-melhorar-indice/>. Acesso em: 19 maio 2025.

VARINE, H. de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

WORTS, D.; DAL SANTO, R. The Inside-Outside Model – Animating the Muses for Cultural Transformation Amid the Climate Crisis. In: BORRELLI, Nunzia; DAVIS, Peter; DAL SANTO, Raul (org.). **Ecomuseums and climate change**. Milano: Ledizioni. p. 65–90, 2022.

ZAGO, V. C. P.; BARROS, R. T. DE V. Gestão dos resíduos sólidos orgânicos urbanos no Brasil: do ordenamento jurídico à realidade. **Engenharia sanitária e ambiental**, v. 24, n. 2, p. 219–228, 2019.

Apoio:



Realização:



anppas
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico